



Pensando Áfricas e suas diásporas

www.periodicos.ufop.br/pp/index.php/pensandoafricas

NEABI – UFOP - Mariana/MG

Vol. 01 N. 01 – jan/jun 2018

Anais do IV Seminário Pensando Áfricas e suas diásporas

PIBID AFRO E A IGUALDADE RACIAL NA ESCOLA ESTADUAL DOM BENEVIDES

Aline Ângela de Jesus
Kassandra da Silva Muniz

Resumo Este trabalho apresenta o projeto desenvolvido na escola Estadual Dom Benevides nos anos de 2012, 2013 e 2014. O projeto do PIBID com temática voltada para as questões raciais, além de estimular à docência, teve (e tem) o objetivo de fazer cumprir a lei 10.639/2003 que tornou obrigatório o ensino de cultura afro e afro-brasileira nas instituições de ensino.

Palavras-chave: Afro; Escola; Igualdade Racial; Pibid

*UFOP/UNIAFRO

Introdução

Este artigo pretende analisar as ações desenvolvidas pelo Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) Afro (pois trata das questões de igualdade racial) na escola Estadual Dom Benevides. O projeto buscou desenvolver ações pedagógicas para fazer cumprir a lei 10.639/2003; atualizada pela lei 11.645/08 que torna obrigatório o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e Indígena em todos os níveis da educação.

Trabalhar as questões relacionadas à identidade dos alunos em diálogo com a cultura africana e afro-brasileira e o combate ao preconceito e ao racismo, tornou-se urgente, uma vez que práticas discriminatórias são cada vez mais frequentes e, por conta do avanço das tecnologias e das redes sociais, tornaram-se mais "populares".

[1/29]

Pibid afro e a igualdade racial na escola estadual Dom Benevides • JESUS, Aline Ângela; MUNIZ, Kassandra da Silva.

Antes de falar a respeito das ações do PIBID Afro é preciso saber como ele surgiu. O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) é um programa do Governo Federal gerenciado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e é uma iniciativa para o aperfeiçoamento e a valorização da formação de professores para a educação básica.

O programa concede bolsas a alunos de licenciatura, professores da educação básica e do ensino superior participantes de projetos de iniciação à docência desenvolvidos por Instituições de Educação Superior (IES), em parceria com escolas de educação básica da rede pública de ensino. O PIBID UFOP – **Universidade Federal de Ouro Preto**, teve início de suas atividades em 2009, quando foi aprovado o primeiro Projeto de Estímulo à Docência (PED) da UFOP. O projeto envolve 21 escolas de educação básica, 246 bolsistas de iniciação à docência, 46 professores das escolas de educação básica de Ouro Preto e Mariana, 17 professores dos cursos de licenciatura da Instituição, dois coordenadores pedagógicos e um coordenador institucional.

A principal contribuição do PIBID UFOP é a valorização da licenciatura, que pode ser evidenciado pela demanda dos alunos interessados em participar do programa. O trabalho constitui-se em um espaço de troca de saberes e práticas educativas entre os licenciandos, os professores da educação básica e do ensino superior, bem como, demais profissionais envolvidos no fazer educacional.

O QUE É O PIBID-AFRO?

É o nome pelo qual ficou conhecido o Subprojeto HISTÓRIA, LITERATURA E CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA que tem como objetivo trabalhar pela implementação da Lei 10.639/2003; atualizada pela lei 11.645/08 que torna obrigatório o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e Indígena em todos os níveis da educação.

PIBID-AFRO DOM BENEVIDES

Em parceria com a Escola Estadual Dom Benevides, sobre a coordenação da Prof^a. Dra Kassandra da Silva Muniz e sob a supervisão da Professora Aline Ângela de Jesus, nos anos de 2012 a 2014, foram realizadas ações que buscavam destacar a cultura afro

[2/29]

e afro-brasileira no espaço escolar. A equipe era (e ainda é, mas agora por outros bolsistas e supervisora) é formada por graduandos da UFOP de áreas distintas: História, Letras, Artes Cênicas, Música e Pedagogia (Interdisciplinar).

A Escola Estadual Dom Benevides está situada na Praça Dom Benevides, número 23, no centro da cidade de Mariana. Foi a primeira escola da cidade, inaugurada pelo nome “Grupo Escolar de Mariana”. Ela atende alunos da periferia desta cidade, principalmente os bairros Cabanas e São Pedro. Durante muito tempo carregou o estigma de abrigar os alunos que as outras escolas rejeitavam.

No ano de 2014, atendia quinhentos e oitenta e sete alunos do ensino infantil, médio, Educação de Jovens e Adultos (EJA), O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), contabilizando com o distrito de Santa Rita Durão, no período noturno. A maioria do corpo discente é negra. Isso foi comprovado por uma entrevista feita junto aos alunos, em que eram perguntados qual a sua cor, raça, etc. Mais de 70% destes alunos se autodeclararam negros.

Uma das primeiras questões levantadas pelo grupo do PED AFRO Dom Benevides, que está relacionada ao título deste trabalho é: a escola é realmente um ambiente para todos? Quem são estes "todos"?

Ao analisar os livros e manuais didáticos, fica explícito que a educação ainda privilegia uma cultura branca ou "embranquecedora". E é por isso que, no ano de 2012 foi implantado na escola Estadual "Dom Benevides" (escola escolhida para esta análise) um projeto de pesquisa (e ação) intitulado PIBID AFRO, que trata (va) de questões étnico-raciais.

O “problema do negro”, tal como colocado na sociologia brasileira, é, à luz de uma psicanálise sociológica, um ato de má-fé ou um equívoco, e este equívoco só poderá ser desfeito por meio da tomada de consciência pelo nosso branco ou pelo nosso negro, culturalmente embranquecido, de sua alienação, de sua enfermidade psicológica. (RAMOS, 1957)

Nos anos de 2012 e 2013, visando valorizar a cultura afro e afro-brasileira, tão invisibilizada pelos manuais didáticos, o Projeto teve como temática "*Guiné-Bissau: um olhar interdisciplinar sobre a perspectiva dos 'balantas'*" (o povo que resiste). Os trabalhos

[3/29]

relacionados a este tema duraram até o ano de 2013.

Já em 2014, o país escolhido foi a Angola e sua diversidade cultural. Trabalhando com leitura de contos, exibição e produção de curtas, que buscavam valorizar a cultura afro da região escolhida, fazendo um paralelo com a cultura brasileira. Através de aulas, debates, palestras, minicursos, feiras culturais o projeto foi se desenvolvendo ao longo destes três anos.

As turmas escolhidas para as aulas do projeto eram sempre turmas de Ensino Médio, sobretudo os terceiros anos. Porém, as feiras culturais, minicursos, palestras e debates eram oferecidos a toda a comunidade escolar. Foram, inclusive, oferecidos cursos de formação para professores. Um deles voltado para professores do Ensino Fundamental I e buscava apresentar possibilidades de trabalho com histórias infantis que valorizassem a cultura afro e afro-brasileira.

Depois destes três anos do PIBID AFRO na escola estadual Dom Benevides, tornou-se fundamental avaliar se a lei 10.639/2003, atualizada pela lei 11.645/08 está de fato sendo cumprida e, qual a importância do Projeto para a comunidade escolar. É isso o que este artigo busca fazer.

2. Fundamentação teórica

2.1. Questões raciais e educação: avanços e desafios

Segundo o Art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, "*Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, (...)*". Mas, o que dizer quando a teoria não se aplica à prática?

Teria muito que dizer a respeito disso, mas voltemos nossa atenção apenas para as questões relacionadas à educação.

Já que "*Todos são iguais perante a lei...*", os direitos de todos deveriam ser igualmente respeitados. Quando falamos deste campo amplo chamado educação, podemos observar que, ainda nos dias de hoje existe uma supervalorização de uma cultura branca ou "embranquecedora".

[4/29]

Analisando alguns livros didáticos, podemos observar, por exemplo, a forma como a África é descrita. Na maioria das vezes, este amplo continente, além de reduzido a um país, tem sido mencionado nos manuais apenas o lado exótico, a fome, a miséria, as doenças, etc. Nesta perspectiva cultural branca ou como dito acima, embranquecedora, a voz negra e todos os traços culturais de matriz africana são inferiorizados e muitas vezes simplesmente ignorados.

É como se a história do Brasil, fosse exclusivamente formada por uma cultura branca oficial, enquanto a cultura negra fosse oficialmente posta à margem. O silenciamento da identidade negra é institucionalizado pela forma como tal cultura é apresentada aos alunos nas diversas formas de adquirir conhecimento.

Em oposição a este silenciamento Munanga (1986. P.44) afirma:

"Poetas, romancistas, etnólogos, filósofos e historiadores, etc. quiseram restituir à África o orgulho do seu passado, afirmar o valor de suas culturas, rejeitar uma assimilação que teria sufocado sua personalidade"

Como uma primeira tentativa, através da lei, em **20 de Dezembro de 1996**, foi decretada e sancionada a Lei nº 9.394, que segundo o Art. 3, o ensino seria ministrado, dentre outras coisas, valorizando a consideração com a diversidade étnico-racial. Porém, apesar de ser uma "lei", a maioria das instituições de ensino não a cumprem.

Tanto que, no ano de 2003, o país tem sancionada a lei nº 10.639 que altera a lei nº 9.394¹, estabelecendo as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Dez anos depois, em 2013, a presidenta Dilma Rousseff, altera a Lei nº 9.394 e aprova a [lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013](#), **que cita novamente a importância da valorização da diversidade étnico-racial. Não se pode deixar de citar que todas estas ações foram fruto de um longo e histórico trabalho promovido pelo Movimento Negro (nome genérico dado aos diversos movimentos sociais afro-brasileiros).**

¹ Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Todas estas leis partiram da necessidade de uma nova forma de pensar a educação, ou seja, uma nova forma de tornar a educação mais inclusiva no que se refere ao respeito pela diversidade cultural de nosso país.

Os PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais – consideraram que era necessário incluir temas novos ao currículo escolar. Estudos comprovaram que era necessário o tratamento transversal de temáticas sociais na escola. Antes, os professores, juntamente com a comunidade escolar, decidiam o que era importante ser abordado nas salas de aula e demais atividades educativas. Depois de sancionadas as leis citadas acima, não é suficiente cada professor de cada disciplina citar o conteúdo que esteja relacionado à sua área de estudo, temática como a questão étnico-racial agora passam a ser responsabilidade da escola como um todo.

Em 2004, também foi criado a Secretaria de Educação a Distância, Alfabetização e Diversidade (SECAD), um *órgão componente da estrutura administrativa* do [Ministério da Educação \(MEC\)](#). Sua principal função é articular junto às três secretarias do MEC responsáveis por gerir a educação formal (SEB – Secretaria de Educação Básica, Setec – Secretaria de Educação Tecnológica e [Secretaria do Ensino Superior – SESU](#)) políticas públicas voltadas à ampliação do acesso a educação a todos os cidadãos, levando-se em conta especificidades de gênero, idade, raça e etnia, etc.

Apesar de todos os avanços no que se refere à implantação da questão racial no ambiente escolar, ainda é possível perceber que há muito que se fazer.

Mas uma coisa é consenso para todos que trabalham nesse campo de estudo: há muito o que ser feito em termos de pesquisa e ensino para que a Lei 10.639/03 (agora ampliada pela Lei 11.645/08, com a inserção da obrigatoriedade do ensino de história e cultura dos povos indígenas) seja implementada de fato e possa alterar o aspecto eurocêntrico ainda tão presente no ensino de História nas escolas brasileiras. (PEREIRA, 2011)

Muitas instituições ainda não cumprem a lei, às vezes, alegando que tratar do tema racial poderia despertar um preconceito que não existe em uma sociedade de *cultura uniforme*, de um Brasil *sem diferenças*.

[6/29]

A ideia vinculada na escola de um Brasil sem diferenças, formado originalmente pelas três raças – o índio, o branco e o negro – que se dissolveram dando origem ao brasileiro, também tem sido difundida nos livros didáticos, neutralizando as diferenças culturais e às vezes, subordinando uma cultura a outra. Divulgou-se então uma concepção de cultura uniforme, depreciando as diversas contribuições que compuseram a identidade nacional (PCN)

2.2 Qual África está presente nas escolas?

Ao observar a leitura a respeito de África feita pelos manuais didáticos, tornou-se importante implantar um projeto que buscasse "desbravar" uma "nova" África, tão diferente e tão verdadeira, distanciada daquela imposta pelos livros utilizados nas escolas.

“A história da África é necessária à compreensão da história universal, da qual muitas passagens permanecerão enigmas obscuros, enquanto o horizonte do continente africano não tiver sido iluminado”. (JOSEPH KI-ZERBO)

E qual seria a real importância de se conhecer uma África diferente? Segundo afirma Amilcar Araújo Pereira:

Assim, compreendendo que, como diz a sabedoria popular, “é preciso conhecer para respeitar”, acredito que o maior benefício que a lei 10.639/03 pode nos trazer é a valorização das diferenças, elemento fundamental para combatermos as hierarquizações étnico-racial e cultural, alimentadas por “pré-conceitos” e ignorância, e ainda tão presentes em nossas escolas. (...) Neste sentido, o conhecimento das histórias dos diferentes grupos populacionais é fundamental.

Pensando assim, nos anos de 2012, 2013 e 2014, na Escola Estadual Dom Benevides, Mariana, MG, foi implantado um projeto do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), o Projeto de Iniciação à Docência (PED) AFRO (que trata de questões étnico-raciais). O projeto pretendia e ainda pretende fazer cumprir a lei nº 10.639, já citada anteriormente neste trabalho. Para isso, foi escolhido inicialmente o país Guiné-Bissau, mais especificamente o povo *balanta* (aquele que resiste), pelo desejo de apresentar à comunidade escolar algo diferente do que todos estão acostumados a ver e ouvir sobre a África. Foi feito um estudo sócio-histórico-cultural e apresentado à escola como um todo.

[7/29]

Aulas, feiras culturais, palestras e minicursos foram oferecidos à escola e comunidade em geral.

Depois de um ano e meio de trabalhos e estudos sobre Guiné-Bissau, outro país africano foi escolhido: Angola. Agora a intenção era tentar aproximar por meio da música, do cinema e da literatura as duas culturas: angolana e brasileira. O local de Angola escolhido foi a periferia, a favela. O desejo era apresentar a África do povo, das ruas. Além dos trabalhos já desenvolvidos durante os estudos sobre Guiné-Bissau, foram feitos vídeos produzidos pelos alunos, buscando falar de temas sucintamente escondidos debaixo do pano como o preconceito racial.

Ao falar de ambos os países, o objetivo geral era desmistificar a África. Era fugir do local óbvio (safáris, fome, miséria, doenças, etc.) e apresentar países com costumes, tradições e características tão amplas e muito superiores ao que os livros didáticos apresentam.

3. Metodologia

O projeto do PIBID AFRO, nas escolas em que foi desenvolvido (mas aqui citaremos apenas o projeto da Escola Estadual Dom Benevides), teve início com uma formação destinada a bolsistas (estudantes da UFOP) e a supervisores (professores da rede pública de ensino). Leituras, fichamentos, estudos de grupo, palestras, debates fizeram parte do processo de formação para que o projeto pudesse ser implantado nas escolas e apresentado aos alunos e a toda comunidade escolar.

Depois de algum tempo, os bolsistas começaram a observar o espaço escolar e as aulas da professora supervisora do projeto. O objetivo era aproximar os bolsistas dos alunos e da escola como um todo, para que houvesse troca de experiências. Além da formação com a professora coordenadora, Kassandra da Silva Muniz, nas reuniões semanais na escola, eram feitos grupos de estudo com a finalidade de aprender sobre a temática afro.

Nestes encontros semanais, os bolsistas desenvolveram o primeiro projeto sobre Guiné-Bissau, especificamente o povo *balanta* e foi subdividido em duas partes: a primeira

parte foi a da escrita do projeto e a segunda parte foi a da apresentação para a comunidade escolar.

Inicialmente, o trabalho foi apresentado para duas turmas de terceiro ano do Ensino Médio em 2012 (40 alunos), na forma de aulas e que foram regidas pelos bolsistas da UFOP e observadas pela professora supervisora e pela professora coordenadora, visavam implantar de fato a lei 10.639/2003, desmistificar a África, apresentar o país Guiné-Bissau, além de debater questões trazidas pelos alunos. (ANEXO I)

A partir do diagnóstico realizado na escola no ano de 2012, com perguntas feitas aos alunos, constatou-se que a maioria dos estudantes se declarou negro. Descobriu-se que nesta escola ocorrem conflitos raciais, por isso, tornou-se importante discutir uma das propostas apresentadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais:

Reconhecer exige que os estabelecimentos de ensino, frequentados em sua maioria por população negra, contem com instalações e equipamentos sólidos, atualizados, com professores competentes no domínio dos conteúdos de ensino, comprometidos com a educação de negros e brancos, no sentido de que venham a relacionar-se com respeito, sendo capazes de corrigir posturas, atitudes e palavras que impliquem desrespeito e discriminação. (p.12)

Para iniciar, apresentamos aspectos geográficos gerais do continente africano, dando foco ao país Guiné-Bissau, situado na costa oeste da África. Após, focalizamos aspectos do povo *Balanta*², através de mapas, imagens, vídeos, músicas, artesanatos, dança, literatura entre outras mediações.

Este momento serviu também para desmistificar a ideia que a maioria das pessoas (por falta de informação) tem de que a África é apenas um país, ignorando a sua pluralidade. O trabalho era voltado para apresentar a África, mas os estudantes introduziram temas como preconceito e cotas raciais, ampliando assim o debate.

² Os **balantas** (palavra que significa literalmente "*aqueles que resistem*") são um grupo étnico dividido entre a Guiné-Bissau, o Senegal e a Gâmbia. São o maior grupo étnico da Guiné-Bissau, representando mais de 25% da população total do país. No entanto, mantiveram-se sempre fora do estado colonial e pós-colonial, devido à sua organização social. Os balantas podem ser divididos em seis subgrupos: balantas bravos, balantas cunantes, balantas de dentro, balantas de fora, balantas manés e balantas nagas.

Ao aproximarmos os estudantes dos aspectos geográficos, históricos e culturais, tornou-se importante apresentar também os aspectos linguísticos. Os discentes puderam pesquisar e aprender palavras, ou, até mesmo, reconhecer a origem africana de muitas palavras que utilizamos em nosso dia a dia. Foi o momento de usarmos os equipamentos de informática oferecidos pela escola para fazermos uma pesquisa.

Utilizamos recursos audiovisuais para mostrar aspectos do cotidiano urbano, contrapondo a imagem estereotipada que associa a África somente ao exótico e ao selvagem. Ao mesmo tempo, procuramos destacar a forma de transmissão de cultura, através da dança e da religião, mostrando que para a maioria dos africanos corpo e mente não são dissociados.

Envolvemos os estudantes com jogos teatrais, para estimular a consciência corporal, através de oficinas de ludicidade africana. Aproveitando o material didático dos alunos, debatemos a questão da literatura e o preconceito racial.

As turmas de terceiro ano do Ensino Médio, na ocasião, estavam estudando o Pré-Modernismo e o Modernismo. Assim, fazendo um paralelo com as aulas de literatura da professora supervisora, foi possível acrescentar às sequências didáticas um estudo dos autores Lima Barreto e Monteiro Lobato.

Como na primeira aula os estudantes propuseram o tema a respeito das cotas raciais, foi acrescentado às sequências didáticas elaboradas no projeto, um momento de conscientização e debate a respeito das políticas de ação afirmativa (PAA). Mas, o ambiente escolhido para esta aula não poderia ser a mesma sala de aula de todos os dias. Os estudantes foram levados a um dos Campus da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), o Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS). Além de debater o tema "cotas raciais", os estudantes puderam ter a oportunidade de se aproximarem da universidade, de perceberem o espaço e de conversarem a respeito de seus sonhos e planos sobre a vida acadêmica.

Como não poderia deixar de ser, esta que foi a última aula da sequência didática de 2013, além de propor um estudo sobre as cotas, teve como tema, proposto pelos alunos, o preconceito racial. Muitos deles puderam apresentar situações do cotidiano em que foram vítimas ou viram seus familiares e amigos sendo vítimas de discriminação. Foi um daqueles momentos em que o planejado é ampliado pela necessidade de desabafo. Em

[10/29]

situações assim é que a frase do grande mestre da literatura João Guimarães Rosa faz todo o sentido, "*Mestre não é quem ensina, mas quem, de repente, aprende.*"

Para que o projeto pudesse ser apresentado à comunidade escolar, foi promovida a primeira Semana da Consciência Negra, cujo título escolhido por votação pelos alunos da escola foi "Minha consciência é negra". Aconteceram várias apresentações como teatro, música, sarau, palestras, debates. Professores, alunos e supervisão escolar puderam interagir e discutir a questão racial de forma lúdica. **(ANEXO II)**

A I Feira Cultural "Somos Todos África" e a II Semana da Consciência Negra aconteceram no ano de 2013. A direção da escola já contava com o PIBID AFRO e suas ações no espaço escolar. **(ANEXO III)**

No ano de 2014, aconteceram mudanças. Alguns bolsistas saíram, outros chegaram. Além disso, o projeto contemplou outro país africano, Angola. O objetivo era trabalhar o cinema e a literatura da periferia de Angola e comparar ao cinema e à literatura da periferia do Brasil. Novos estudos e a escritura de um novo projeto embalaram o novo grupo que se formou. A turma escolhida para que as aulas fossem ministradas foi um terceiro ano noturno (por volta de 30 alunos).

A nova sequência didática do ano de 2014 iniciou-se com um jogo diagnóstico, visando compreender melhor o pensamento dos estudantes sobre as relações raciais e os aspectos sociais e culturais do continente africano. Os discentes precisavam completar a frase "Eu sei que na África tem...", para que pudesse ser feito um debate a respeito do que eles pensavam ou sabiam da África. Este primeiro momento serviu também para desmistificar ideias sobre a África e evidenciar sua pluralidade cultural, econômica e racial. **(ANEXO IV)**

Depois da primeira aula, como havia um novo país escolhido, Angola, buscamos, através da literatura e do cinema, mostrar aspectos do cotidiano urbano de Luanda, capital de Angola. Ao mesmo tempo, procuramos destacar a construção da identidade, através da dança, da música e dos processos históricos.

Além de aprender sobre este novo país e sua diversidade, neste novo projeto, os estudantes puderam fazer vídeos com os recursos que contavam: câmeras e celulares. Foi uma oportunidade de registrar o que pensavam: seus sonhos, seus medos e suas angústias.

[11/29]

Eles fizeram entrevistas com outros colegas, professores e com a coordenação da escola. Nestes vídeos, eles puderam falar sobre vários temas, inclusive sobre as questões étnico-raciais, além de mostrar sua arte e a forma com vêm o mundo.

No ano em questão, além da III Semana da Consciência Negra e da II Feira Cultural (que aconteceram na mesma data, 19 de novembro de 2014), foi proposto aos bolsistas que desenvolvessem um debate a respeito do dia 13 de Maio, dia da Abolição Jurídica da Escravidão. Foi uma oportunidade de pensar o quanto a abolição trouxe de liberdade (ou não). **(ANEXO V)**

Todas as ações do PIBID AFRO UFOP na Escola Estadual Dom Benevides buscaram fazer cumprir a lei 10.639/2003.

4. Análise e discussão dos dados

Os resultados obtidos durante os três anos do PIBID AFRO na Escola Estadual Dom Benevides apontam para o que já era conhecido no início dos estudos que motivaram a necessidade de criação deste projeto, no que se refere a questões étnico-raciais no espaço escolar, estamos apenas começando.

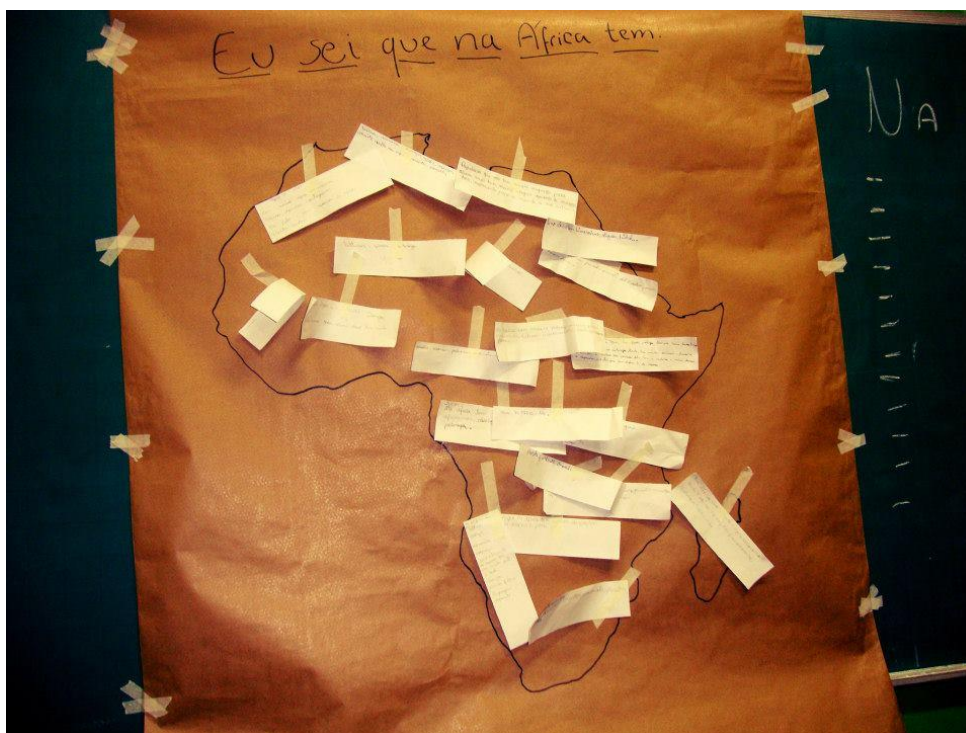
A implantação do PIBID AFRO na escola citada neste trabalho trouxe questões e discussões que antes não eram levantados neste espaço escolar. Como é sabido e foi citado aqui, desde 1996, existe uma lei que valoriza e considera a diversidade étnico-racial. Porém, o que foi observado durante os três anos analisados do projeto é que a escola, vez ou outra, no dia 20 de Novembro³, faz alguma menção à cultura afro e afro-brasileira, ficando por conta dos membros do projeto a aplicação da lei 10.639/2003.

Quando o corpo docente é questionado sobre a lei, as respostas aparecem, na maioria das vezes, de forma uniforme. A maioria não vê a necessidade de uma lei que privilegie a cultura negra. Alguns acreditam, inclusive, que tal lei é que despertaria o preconceito, uma vez que traria à tona a discussão de um tema "espinhoso". Outros ainda são a favor da política da miscigenação, do "somos todos iguais". Existem aqueles que afirmam

³ O Dia Nacional da Consciência Negra é comemorado em 20 de novembro, dia da morte de Zumbi dos Palmares, e reivindica essa figura histórica como símbolo de resistência.

que já tratam do tema dentro de sua matéria: o professor de história fala da cultura negra, afinal, o livro fala da escravidão; o professor de geografia fala do tema, pois o material didático cita os aspectos geográficos, as doenças, a pobreza e a selva africana; o professor de literatura afirma que o tema lhe é familiar, pois citam em suas aulas Castro Alves, Cruz e Souza, mas, às vezes, esquecendo que Machado de Assis, por exemplo, era negro.

Uma das dinâmicas desenvolvidas pelo projeto a "Eu sei que na África tem..." trouxe importantes discussões. Os estudantes tiveram a oportunidade de citar o que eles imaginavam que tinha na África. Foi curioso perceber que mesmo sendo uma turma de terceiro ano do ensino médio, muitos estudantes ainda pensavam que o continente africano era apenas um país. Além disso, a maioria relacionava a África apenas ao exótico, a doenças e à pobreza.



Cartaz produzido pelo alunos da 3ª Série do Ensino Médio, noturno - 2014

Foi possível perceber que os materiais didáticos utilizados, as sequências didáticas produzidas, contribuíram para a discussão racial à medida que ofereceram um espaço, uma oportunidade para se falasse sobre o assunto. Algumas vezes foi possível perceber que estudantes que inicialmente não aprovavam tratar do tema étnico-racial na

[13/29]

escola se envolveram e, de certa forma, mudaram de postura, adquirindo uma visão mais crítica sobre a discriminação no Brasil.

Além de despertar uma postura um pouco mais crítica, um dos saldos positivos do projeto foi promover aulas que buscavam tratar de forma lúdica o tema racial, o que é uma das propostas do PIBID, que as sequências didáticas promovam inovação metodológica. Os estudantes puderam, através do corpo, das artes, aprenderem uma nova cultura.



Oficina de Confecção de Máscaras Africanas – II Feira Afro - 2014

O que causa certo desânimo é perceber que apesar de todo trabalho e esforço, as ações que busquem uma igualdade racial ficam restritas mais ao que é promovido pelo projeto.

Há certo receio que ao se retirar o projeto da escola o tema caia no esquecimento. Porém, como disse certa vez Albert Einstein "A *mente* que se abre a uma nova ideia, *jamais* voltará ao seu tamanho *original*." Se por um lado há o receio, por outro, há a esperança de que os estudantes envolvidos no projeto possam continuar a propagar e a exigir práticas que promovam a igualdade racial nas escolas e em todos os ambientes.

[14/29]

4. Considerações finais:

O objetivo de fazer cumprir a lei 10.639/2003 foi alcançado à medida que pudemos discutir a questão racial no espaço escolar Dom Benevides. Há muito que se fazer. O projeto do PIBID ainda acontece nesta escola. Isso é uma prova de que as vozes que foram introduzidas em 2012, não foram silenciadas, ainda são ouvidas.

Os resultados obtidos durante os três anos do PIBID AFRO na Escola Estadual Dom Benevides apontam para o que já era conhecido no início dos estudos que motivaram a necessidade de criação deste projeto, no que se refere a questões étnico-raciais no espaço escolar, estamos apenas começando.

Referências

Livros

RAMOS, Alberto Guerreiro. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Andes, 1957.

Munanga, Kabengele. **Negritude: Usos e Sentidos**, 2ª edição. São Paulo: Ática, 1986. (p.44)
HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA I: Metodologia e pré-história da África / editado por Joseph. 8 v. Ki - Zerbo. – 2. ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010.

ROSA, J.G. *Grande sertão: veredas*. 13. ed. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1979.

PEREIRA, A. M. **Por que estudar a História da África**. Rio de Janeiro: CEAP, 2006. 40p.
Cabral, Amílcar. **Guiné-Bissau – Nação Forjada na Luta**. Afrontamento. Lisboa. 1976

Artigo

PEREIRA, Amilcar Araújo. **Escola Mais Justa**. 2011 (artigo)

Sites

<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/educacao/escola-mais-justa>. Acesso em: 5 de maio. 2015.

<http://culturaguine.blogspot.com.br/p/mandingas.html>. Acesso em: 15 de maio. 2015.

<http://www.ueangola.com/>. Acesso em: 15 de maio. 2015.

http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/con1988_05.10.1988/art_5_.shtm. Acesso em: 10 de jun. 2015.

<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em: 13 de jun. 2015.

<https://ensinosuperiorindigena.wordpress.com/atores/instituicoes/secad/>. Acesso em: 13 de jul. 2015.

ANEXO I



Alunos da 3ª Série do Ensino Médio 2013, bolsistas do PIBID e professora supervisora.

[16/29]

Pibid afro e a igualdade racial na escola estadual Dom Benevides • JESUS, Aline Ângela; MUNIZ, Kassandra da Silva.



Fotografia e identidade – aula sobre fotografia - 2014

ANEXO II

[17/29]



Bolsistas, coordenadora e supervisora do PIBID na I Semana da Consciência Negra - 2012



Palestra e exibição de curtas sobre a cultura de Guiné-Bissau - 2013

(ANEXO III)



Alunos de professor da Escola Estadual Dom Benevides - 2014



Bolsistas e supervisora do PIBID na II Semana da Consciência Negra - 2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PIBID-PED-UFOP HISTÓRIA, CULTURA E
LITERATURA AFRICANA E AFRO-
BRASILEIRA

Convite para
I FEIRA CULTURAL
SOMOS TODOS AFRICA

MARIANA, 12 DE AGOSTO DE
2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
Escola Estadual Dom Benevides
PIBID-PED-UFOP História, Cultura e Literatura
Africana e Afro-brasileira
Subprojeto: (re)significando África: Guiné-Bissau e
um olhar sobre a etnia Balanta.

Equipe:
Christineide Makagowa (ORIEL)
Edjeice Santos (DEBIS)
Felipe Dam (DEALUS)
Gislaine Antunes (DEALUS)
Nathália Araújo (DEALUS)

Supervisão:
Aline Ângela de Jesus

Coordenação:
Kassandra Muniz

Realização:

PIBID-PED-UFOP
Programa de História e Cultura

NEAB/UFOP

E. E. Dom Benevides

Apelo:

UFOP

Pibid

PROGRAMAÇÃO	PROGRAMAÇÃO	PROGRAMAÇÃO
<p>MANHÃ</p> <p>7h45 às 8h - Abertura Oficial</p> <ul style="list-style-type: none"> - Direção – Ana Cláudia - PED – Apresentação - Braima e Basílio <p>8h10 às 9h30 – Oficinas & Minicursos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Minicurso: “Fotografias da imagem” Ministrante: Christineide Nakagawa • Minicurso: “Introdução à Mitologia Africana: um possível diálogo com a lei 10.639/2003” Ministrante: Edgleice Santos Minicurso: “Música, Africanidade e diáspora – Canto, corpo e expressão em Minas Gerais”. Ministrante: Gislaíne Antunes <p>9h30 às 9h50 – Intervalo</p> <p>- Palco aberto: Música, poesia e performances.</p> <p>9h50 às 11h20 – Oficinas & Minicursos - Continuação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Oficina: De onde vem? Que gosto tem? – A contribuição da culinária africana na cozinha brasileira Ministrante: Yaisa Colares • Minicurso: Branquidade e estratégias de branqueamento na sociedade brasileira Ministrante: Maria Carolina <p>11h20 às 11h30 – Fechamento das atividades da manhã</p>	<p>TARDE</p> <p>12h30 – Abertura</p> <ul style="list-style-type: none"> - Direção – Ana Cláudia - PED – Apresentação - Braima e Basílio <p>13h às 15h – Oficinas & Minicursos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Oficina: “Literatura Rítmica Cantada – Contação de estória e construção de instrumentos” Ministrantes: Gislaíne Antunes Christineide Nakagawa • Minicurso: “Teatro na sombra do livro: Caixa de teatro Lambe-lambe” Ministrantes: Felipe Datti e Nathália Araújo <p>15h às 15h20 – Intervalo</p> <p>- Palco Aberto: Música, poesia e performances</p> <p>15h30 às 16h50 – Oficinas & Minicursos – Continuação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Oficina: Confeção de bonecas africanas e afro-brasileiras Ministrantes: Joice Maia Helena Rodrigues <p>16h50 às 17h – Fechamento das atividades da tarde</p>	<p>NOITE</p> <p>19h-19h40 – Abertura e Palco Aberto</p> <p>19h40 – 20h – Intervalo para lanche</p> <p>20h às 22h – Oficinas & Minicursos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Minicurso: Literatura Infantil Negra Ministrante: Carlos Brito • Oficina: Meu cabelo é bom, meu cabelo é afro Ministrante: Matheus Maia • Oficina de Improvisação Litero-musical: O Repente Ministrante: Itamar Araújo Monitora: Maria Carolina • Teatro: Caixinha de teatro Lambe, Lambe. • Minicurso: “A Importância do Espaço Não-Escolar para as Questões Étnico-Raciais” Ministrante: Felipe Datti

Programação da I Feira Cultural “Somos todos África” – 2013

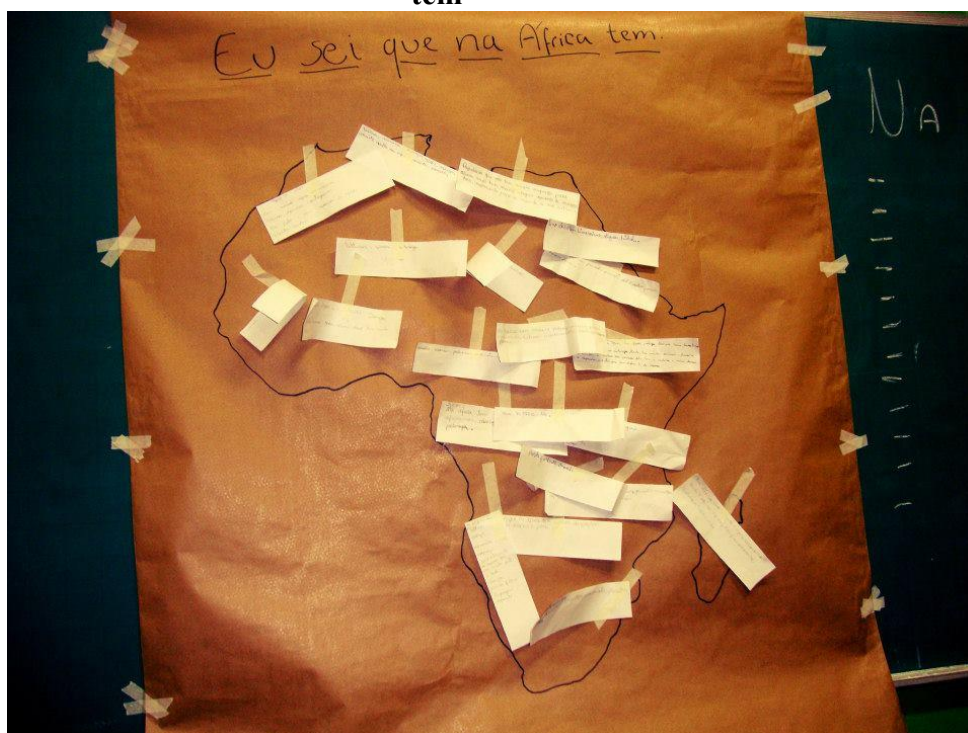
(ANEXO IV)

[22/29]

Pibid afro e a igualdade racial na escola estadual Dom Benevides • JESUS, Aline Ângela; MUNIZ, Kassandra da Silva.



Aluno da 3ª Série do Ensino Médio 2014, durante atividade “Eu sei que na África tem”



[23/29]



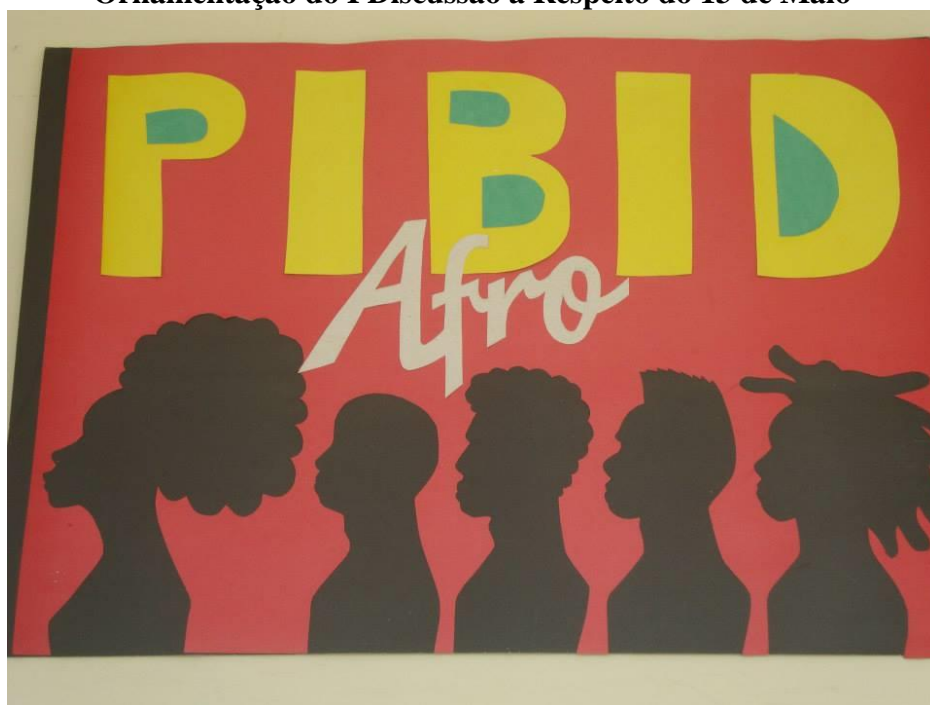
Alunos da 3ª Série do Ensino Médio (noturno) 2014, bolsistas e supervisora do PIBID

ANEXO V





Ornamentação do I Discussão a Respeito do 13 de Maio





II Feira Cultural “Somos todos África”



[27/29]

Pibid afro e a igualdade racial na escola estadual Dom Benevides • JESUS, Aline Ângela; MUNIZ, Kassandra da Silva.



II Feira Cultural “Somos todos África”

